



## EDITORIAL

DOI: 10.18310/2446-48132021v7n2.3579g667

# O ensino da saúde e orgulho de lutar por equidade e justiça: acenos para uma democracia como construção cotidiana

Educación para la salud y orgullo de luchar por la equidad y la justicia: guiños a la democracia como construcción cotidiana

**Alcindo Antônio Ferla**

ORCID: 0000-0002-9408-1504

**Denise Bueno**

ORCID: 0000-0002-9022-5291

**Frederico Viana Machado**

ORCID: 0000-0002-8884-1124

**Maria das Graças Alves Pereira**

ORCID: 0000-0002-8777-3860

**Renata Riffel Bitencourt**

ORCID: 0000-0002-5172-1049

## Introdução

Junho é o mês mundial do Orgulho LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexo, assexuais e +) e marca um histórico de lutas e conquistas, com desafios que precisam ser superados. O Brasil ocupa o topo do ranking dos países mais violentos para a população LGBTQIA+ pelo 12º ano consecutivo. Ao mesmo tempo é o país que mais elegeu pessoas LGBTQIA+ para cargos representativos nas últimas eleições municipais. Esse cenário expressa as contradições político-culturais no campo da sexualidade no Brasil, que conta com movimentos organizados de LGBTQIA+ bem articulados e, ao mesmo tempo, com uma sociedade altamente conservadora. A produção de cultura e a capacidade de conectar a violência com a saúde são desdobramentos que colocam o ensino na saúde numa posição de destaque na superação desse contexto.

No dia 28 de junho de 2021, no qual comemora-se o dia internacional do orgulho LGBTQIA+, o Supremo Tribunal Federal, pela lavra do ministro Gilmar Mendes, determinou que o Ministério da Saúde adote medidas para garantir o respeito à identidade de gênero no acesso à saúde. O ministro afirmou que “é necessário garantir aos homens e mulheres trans acesso igualitário a todas as ações e programas de saúde do SUS, especialmente aqueles relacionados à saúde sexual e reprodutiva, como agendamento de consultas nas especialidades de ginecologia, obstetrícia e urologia, independentemente de sua identidade de gênero, sendo fundamental eliminar obstáculos burocráticos que possam causar constrangimento a pessoa e atraso no acesso à prestação de saúde”<sup>1</sup>. Um reconhecimento relevante, mas que somente foi possível com a mobilização da Suprema Corte, da última instância do poder judiciário brasileiro.

Ainda que considerando o contexto, esta determinação é fundamental, pois, apesar destas questões serem debatidas há décadas no campo da saúde, a população LGBTQIA+, sobretudo a população trans, tem inúmeras dificuldades para acessar o sistema de saúde. Foi também o STF que, em 2018, permitiu a alteração de nome e gênero no registro civil independente da realização da cirurgia de redesignação sexual. Estas ações do STF contrastam com o poder legislativo federal, que até hoje não logrou aprovar nenhuma lei específica para atender esta população. Aliás, nos últimos três anos, o executivo e o legislativo federal foram lugares de muitos retrocessos no campo dos direitos humanos e da produção da equidade.

É importante recordar que o campo da saúde foi onde surgiram as primeiras ações e políticas públicas voltadas para esta população, ainda na década de 1980, no contexto do apoio e prevenção ao HIV/AIDS<sup>2</sup>. Na década de 2000, vimos iniciativas pelos direitos de LGBTQIA+ no campo da cultura, educação, segurança pública e outros. Mesmo que insuficientes, estes esforços pautaram a importância dos diversos campos estratégicos de políticas públicas para o enfrentamento ao preconceito e derivaram do amadurecimento e fortalecimento dos movimentos sociais e da aproximação destes com o poder executivo no Brasil<sup>3</sup>. Neste período, destacamos o Programa Brasil Sem Homofobia e a Primeira Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. O Programa Brasil Sem Homofobia, criado em 2004, foi um marco no reconhecimento, por parte do estado Brasileiro, da necessidade de implementar políticas públicas em defesa da comunidade LGBTQIA+. A Primeira Conferência Nacional LGBT, realizada em 2008, foi uma iniciativa pioneira no mundo e que buscou instituir um espaço formal de discussão sobre os direitos dessa população<sup>3</sup>.

A criação do Programa Brasil Sem Homofobia levou à implantação de centros de prevenção à LGBTfobia em várias cidades, a criação de cursos para capacitação de professores, policiais e outras categorias profissionais, ao financiamento público de pesquisas, projetos de intervenção e ações culturais. Isto evidencia um aspecto importante da década de 2000: estas temáticas, anteriormente circunscritas às políticas de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis, se expandiram para o campo dos direitos humanos, da educação, da cultura e da assistência social<sup>2</sup>. Abre-se, com essa expansão, uma ação de produção de cultura de inclusão e não apenas de prevenção da violência e das marcas da violência sobre os corpos expostos, nas demandas pelos serviços de saúde e nas estatísticas sanitárias do país.

Entretanto, estes avanços se deram em meio a retrocessos, devido ao crescente fortalecimento de setores fundamentalistas e religiosos no Brasil, o que vem impedindo a inclusão das demandas feministas e LGBTQIA+. Temos visto ações como: a retirada da pauta de gênero e sexualidade nos planos municipais e estaduais de educação, a moralização de campanhas midiáticas que são centrais para a promoção de saúde e de uma cultura em direitos humanos, a legitimação do preconceito com a veiculação de discursos que acusam o trabalho em diversidade sexual de “ideologia de gênero”, a impossibilidade de aprovação de uma lei que criminalize a LGBTfobia, tal como já existe para o racismo, entre várias outras<sup>4, 5</sup>. A associação do fundamentalismo com religião, com um paradoxal fundamentalismo religioso concentrado em seitas e agremiações religiosas recentes - que explodem cotidianamente nas periferias urbanas, no interior do país e em seletos grupos econômicos mobilizados por artefatos culturais muitas vezes patrocinados pelo erário público - elege pautas de costumes para incidir na intimidade dos lares e dos corpos, como processos de subjetivação capitalística e hierarquização produtiva. Invadindo o Estado e quebrando a sua constitucional laicidade, torna-se muito rapidamente necropolítica, que se traduz em manchetes frequentes de situações de extermínio trivializadas nas redes sociais e na mídia comercial.

O caminho é longo para garantir a igualdade de direitos e promover a equidade em saúde para

LGBTQIA+. São muitos os preconceitos que precisam ser superados para uma produção de cuidado que seja condizente com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS)<sup>6</sup>. Entende-se que reconhecer os espaços das inserções de fazeres direcionados a esta população pode ampliar o conhecimento acerca da forma como podemos contribuir para a disseminação e o fortalecimento desta agenda de interesse público. A divulgação de conhecimentos científicos sobre esta temática potencializa a formação de novas práticas direcionadas a esta população e contribuem para a formação de profissionais mais assertivos para responder às considerações e anseios reais desta população, despertando aproximação e impacto social das práticas científicas e acadêmicas. É necessário, fundamental inclusive, que cada ponto de atenção à saúde se torne um observatório dos padrões territoriais de civilidade, tornando visíveis não somente as violências, mas as consequências sobre a saúde das pessoas e coletividades.

### Defesa das vidas, combate aos preconceitos e produção de saúde

Frente aos contextos de exclusão e violências contra pessoas LGBTQIA+, o respeito deve estar aliado à mobilização para combater o preconceito. Nesse sentido, a revista Saúde em Redes reafirma seu compromisso de acolher publicações que contribuam para a construção de uma sociedade mais diversa. A postura ativa e participativa no combate aos preconceitos, na garantia de direitos e na radicalização dos princípios democráticos é um compromisso do SUS e faz parte da essência deste periódico. Ainda mais se envolver ações de produção de cultura, de conexões da temática com o ensino das profissões da saúde e na organização do trabalho no interior de sistemas, redes e serviços de saúde.

Ao mesmo tempo que, ao trazer para o debate a saúde da população LGBTQIA+, a revista convoca à escrita sobre o tema, também afirma-se como espaço de resistência e combate ao preconceito e às desigualdades de diferentes populações vulnerabilizadas. Propor a reflexão e dialogar entre o pensar e o fazer em educação e saúde é um chamado à práxis e à transformação da realidade. Diante dos inúmeros desafios enfrentados pelas populações vulnerabilizadas cotidianamente, somam-se os impactos da pandemia que são agravados pela omissão governamental. Presenciamos o aumento da situação de extrema pobreza, permeada pela insegurança alimentar, falta de moradia, falta de acesso à educação e à saúde, condições que negligenciam os direitos fundamentais de cada brasileiro. É um pressuposto ético do trabalho em saúde a denúncia e a visibilização das consequências, em cada território, dos determinantes e condicionantes da saúde, assim como o uso das práticas com o melhor do embasamento na ciência e na técnica para o cuidado das pessoas e coletividades expostas à violência interpessoal, institucional e ao preconceito estrutural na sociedade, sobretudo quando têm patrocínio nas fraturas da institucionalidade democrática que vivemos há alguns anos.

Em meio às mais de 530 mil mortes por Covid-19 no Brasil, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 traz à tona as atividades irregulares e a falta de governança que opera como plano necropolítico. Esse plano intencionalmente deixa padecer aqueles que são maioria, mas permanecem à margem da sociedade brasileira, devidamente acondicionados nos estratos designados “minoritários” pela elitização da vida. O atraso na compra e a desorganização na aplicação de vacinas, o investimento e incentivo a tratamentos precoces cientificamente ineficientes e a falta de auxílio emergencial adequado demonstram a perversidade do sistema dominante. Entre o negacionismo explícito e as recorrentes denúncias de corrupção, a necropolítica se materializa na gestão das políticas públicas no Brasil deixando um rastro de morte e um legado de miséria, precarização e adoecimentos de toda ordem, que demandam a coordenação de esforços

de todas e todos os envolvidos com a construção do SUS.

Na perspectiva de enfrentar esses desafios, a organização popular emerge como uma importante estratégia encontrada pelos coletivos em busca de seus direitos e na garantia das condições mínimas de sobrevivência. Lideranças de diferentes territórios deste país continental mobilizam suas comunidades para suprir as tantas demandas agravadas pela pandemia. Dentre as ações desenvolvidas a partir deste movimento estão o mapeamento e organização daqueles que encontram-se em situações mais vulneráveis, procurando garantir alimentos, roupas, informações confiáveis de saúde, vacinas para todos, saneamento básico para os cuidados mínimos de combate ao vírus, máscaras de proteção e tantas outras necessidades. Essa articulação é chamada de vigilância popular em saúde e tem ganhado força na tentativa de promover a participação da população no processo de vigilância, criando alternativas conjuntas, solidárias, horizontais e democráticas para a resolução dos problemas, culminando na promoção de autonomia, resistência e emancipação das comunidades<sup>7</sup>.

### A defesa das vidas como produção pedagógica

Por meio das temáticas presentes nesse volume debatemos assuntos essenciais para a saúde e educação como a Educação Permanente em Saúde, interprofissionalidade, a participação popular e o controle social e as Redes de Atenção do SUS. O número 2 do volume 7 da Revista Saúde em Redes apresenta vinte artigos, sendo quinze artigos originais. Além disto, completam esse número três artigos de revisão e duas resenhas. Nestes trabalhos estão representados 13 estados, das cinco regiões do Brasil, com pesquisadoras/es vinculados a 25 instituições diferentes, entre universidades, institutos e serviços de saúde. Este perfil expressa a capilaridade da Revista Saúde em Redes no território brasileiro, bem como a presença de estudos gestados na interface entre instituições de ensino e pesquisa e serviços de saúde.

O artigo “A Interprofissionalidade nos Cursos de Enfermagem de Instituições de Ensino Superior Públicas da Região Sul do Brasil”, de autoria de Bernarda Cesira Cassaro, Franklin de Almeida Cipolato, Larissa Jaine Pinheiro, Larissa Hermes Thomas Tombini e Graciela Soares Fonseca é o primeiro artigo deste volume. Utiliza-se de análise documental para identificar a abordagem da interprofissionalidade nos Projetos Pedagógicos Curriculares dos cursos de graduação em enfermagem das Instituições de Ensino Superior públicas da região Sul do Brasil. Dentre os cursos de enfermagem encontrados, somente um deles apresentava um componente curricular eletivo que incluía diretamente a interprofissionalidade e outros dois cursos que a abordaram em alguns componentes curriculares.

O segundo artigo é de autoria de João Agostinho Neto, Maria Carolina Gonçalves Dutra, Eleonora Nunes Oliveira, Cicera Luana de Lima Teixeira, Luciana Nunes de Sousa, Hudday Mendes da Silva e Maria do Socorro de Sousa e é intitulado “Análise dos Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação em Educação Física na Ótica da Formação para o Campo da Saúde Coletiva”. Este artigo investiga a formação de profissionais de Educação Física para atuação na saúde coletiva por meio da análise de projetos pedagógicos curriculares dos cursos de graduação em Educação Física da Região Metropolitana do Cariri. O artigo debate a limitada formação destes profissionais para atuação na saúde coletiva, sugerindo mudanças estruturais e novas investigações em diferentes instituições.

“Ciclos Temáticos na Residência em Saúde: uma estratégia de Educação Permanente” é o terceiro artigo deste número, cujas autoras são: Jéssica Aparecida Sobrinho Silva, Emmanuely Correia de

Lemos e Vanessa Alves de Sousa. A partir da análise dos ciclos temáticos do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva, identificou-se esse espaço como promotor de trocas de saberes, problematização de temas estratégicos das políticas de saúde e disparador de reflexões e práticas para o processo de trabalho intra e intersectorial. Pode-se destacar a potência dos ciclos temáticos como estratégia de Educação Permanente em Saúde que deve ser continuada e aperfeiçoada cada vez mais, integrando todos os atores envolvidos e suas necessidades.

O trabalho de Andresa Lira Silva e Juliana Siqueira Santos, intitulado de “A Potencialidade da Educação Permanente em Saúde na Gestão da Atenção Básica em Saúde” é o quarto artigo deste volume e analisa o conhecimento e usos da educação permanente em saúde pelos gestores da atenção básica no âmbito regional. Trata-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa que identificou uma imprecisão no entendimento de educação permanente e educação continuada, o que tem forte influência na condução destas práticas no município e traz desafios para a utilização dessa metodologia.

O artigo “Política de Educação Permanente em Saúde: análise da gestão regional”, das autoras Ingrid Myrelly Araújo de Oliveira e Juliana Siqueira Santos, através de um estudo descritivo, analisou a gestão da Política de Educação Permanente em Saúde nas instâncias de governança regional da XI Região de Saúde do estado de Pernambuco. A análise demonstrou fragilidade na gestão regional da educação permanente em saúde e apontou como necessidade intensificar a participação dos segmentos na composição da Comissão Permanente de Integração Ensino-Serviço regional.

“Identificação do perfil dos pesquisadores contemplados no programa pesquisa para o SUS (PPSUS)”, o sexto artigo, tem como autoras/es: Suzana Rachel de Oliveira, Carolina Bittencourt Gomes, Luiz Felipe Sfoggia Da Mata e Luciana Calabró e trata de identificar o perfil dos pesquisadores com projetos financiados através do Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde. Foram analisados dados do sistema PesquisaSaúde, do Currículo Lattes e outras variáveis que demonstraram maior prevalência do sexo feminino (60%) e da região Nordeste (25%).

Na sequência, o artigo “A CAPES e o financiamento da formação do médico pesquisador”, de Hayslla Boaventura Piotto e Luciana Calabró, apresenta a execução do Programa de Bolsa Especial - Doutorado em Pesquisa Médica como uma política pública de alcance nacional, fomentada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, para fortalecimento do Sistema Nacional de Pós-Graduação. A discussão converge para o grande investimento e empenho da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior em fortalecer a pós-graduação médica do país e para o espelhamento da assimetria regional do Sistema Nacional de Pós-Graduação, com a concentração de médicos doutores titulados nas macrorregiões Sul e Sudeste.

O artigo “Política do setor de saúde intercultural para populações indígenas do Peru: multi ou interculturalidade?”, de Lilia Maria Nieva Villegas e Sonia Cristina Soares Dias Vermelho, utiliza-se da pesquisa documental e do referencial teórico da interculturalidade crítica para analisar a Política Setorial de Saúde Intercultural do Peru para povos indígenas a partir da literatura. Entende-se que o discurso intercultural usado nestas Políticas têm pontos teóricos fracos que dificultam a implementação das Políticas com essência de interculturalidade crítica possibilitando uma inclusão social com respeito às diferenças.

Já a temática da participação popular é abordada pelas autoras Jaqueline Miotto Guarnieri, Sandra Mara Setti e Vanderléia Laodete Pulga em “A Participação Popular na Saúde: Desafios e

Potencialidades no Contexto Municipal”. O artigo tem por objetivo conhecer e analisar a participação popular em espaços institucionais de controle social em um município da região norte do Rio Grande do Sul utilizando-se de uma pesquisa qualitativa e documental. A partir dos resultados entende-se importante encontrar formas de ler e compreender as ações e movimentos populares como manifestações de participação popular, para com isso construir estratégias mais eficazes de mobilização social na saúde e promover a capacitação de atores sociais, possibilitando a apropriação sobre sua função e empoderamento enquanto sujeito político.

Em “E o passado não é apagado: cartografando o percurso de uma usuária-guia pela sua Rede de Cuidado em Saúde Mental”, as autoras/es Alexandre Coutinho de Melo, Luiza Andrade Pereira Ferrer Silva, Virgínia Raimunda Ferreira e Camila Souza de Almeida utilizam a cartografia para compreender o percurso de uma usuária-guia na Rede de Cuidado em Saúde Mental. Foram encontrados estigmas relacionados ao quadro psiquiátrico, ao gênero e à cor da pele desta usuária. Apesar das falhas existentes na rede, têm-se possibilidades e mecanismos para a efetivação da reinserção social, como a economia solidária, bastando que Estado, gestores e profissionais de saúde se empenhem em implementá-las.

Em seguida, o artigo “Determinantes históricos e políticos na relação entre serviço social e saúde pública”, de Wallace Santos Batista, José Natalino de Sousa Lima e Gladson Rosas Hauradou, apresenta uma revisão teórica sobre a Política de Saúde e sua relação com o Serviço Social. O importante debate da saúde enquanto direito social e conquista da classe trabalhadora é contextualizado juntamente com a política de saúde e do Serviço Social no Brasil, trazendo uma avaliação do material já produzido e refletindo sobre a relação histórica e política do Serviço Social com a Saúde no Brasil.

Na sequência, está o artigo “Mapeamento da Rede de Atenção à Saúde Bucal da Região Metropolitana de Porto Alegre” de Roberta Machado Silveira, Gustavo Almansa Bernardo, Rafaella Zappe Soares, Cássia de Oliveira Klein, Kelly da Rocha Gomes Benelli, Fernando Neves Hugo e Matheus Neves. A organização da rede de atenção à saúde bucal da região metropolitana de Porto Alegre é analisada através do questionário do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica. Foi observado o desempenho regular da Região Metropolitana de Porto Alegre, entretanto, o município de Gravataí apresentou as melhores estimativas de desempenho entre os avaliados no estudo.

Em “Perfil dos usuários de álcool atendidos em um programa de cuidado e reabilitação”, as/os autoras/es Margarita Antonia Villar Luis, Vagner Ferreira do Nascimento, Deivson Wendell da Costa Lima, Liliane Santos da Silva e Alisséia Guimarães Lemes caracterizam o perfil sociodemográfico dos usuários de álcool e sua frequência de participação em um Programa de Cuidados e Reabilitação aos Usuários de Álcool por meio de um estudo exploratório, retrospectivo e quantitativo, realizado em um município de São Paulo. Entende-se que as características dos usuários de álcool precisam ser consideradas no cuidado realizado pelos enfermeiros, com a perspectiva de realizarem intervenções para melhorar o vínculo e a adesão ao tratamento.

O artigo de Fagner Alfredo Ardisson Cirino Campos, “A construção de um Protocolo de Registro em Terapia Familiar para Saúde Mental”, narra a construção de um Protocolo de Registro em Terapia Familiar para Saúde Mental. Para a criação do protocolo foi feita revisão de literatura e foram elaboradas orientações para o seu uso pelos profissionais da área, entretanto, ainda é necessário validá-lo quanto à sua eficiência, operacionalidade e praticidade.

“Características Sócio-comportamentais, o Conhecimento Sobre o Exame Citopatológico e os

Resultados Citológicos de Usuárias do Serviço Único de Saúde”, de Guilherme Ferreira Correia, Graziela Picciola Bordoni, Valdirene Fernandes Moreira, Antonio Márcio Teodoro Cordeiro Silva, Andrea Alves Ribeiro, por meio de estudo de corte transversal, analisa a associação entre as características sociodemográficas-comportamentais, o conhecimento sobre o exame citopatológico e o resultado citológico das mulheres atendidas em um Centro de Saúde da Família (CSF). O estudo discute a importância da criação de medidas educativas e de saúde pública, além de programas de educação sexual e sobre a importância da realização do exame citopatológico e sua periodicidade.

O artigo “Dificuldades da participação social na Atenção Primária à Saúde: uma revisão sistemática qualitativa” apresenta uma revisão sistemática qualitativa, cujas/os autoras/es são Ayla Nóbrega André, João Victor Bezerra Ramos, Pedro José Santos Carneiro Cruz e Ana Claudia Cavalcanti Peixoto de Vasconcelos. A ideia de identificar e problematizar as dificuldades da participação social na Atenção Primária à Saúde, por meio do que é descrito na literatura, fez emergir pontos cruciais que cercam o tema, como o tímido conhecimento da população sobre a participação social e o frágil envolvimento dos diferentes atores sociais nesses espaços. A discussão proposta é a de que esse distanciamento da população com os espaços de controle social fomenta ainda mais a ideia da ineficiência desses ambientes, mas pode ser transposta por meio da educação popular em saúde.

Na sequência, o Artigo “Obstáculos e Facilitadores para o trabalho em rede de serviços de atendimento às mulheres em situação de violência”, das autoras Emmanuela Neves Gonsalves e Lilia Blima Schraiber, mapeou os obstáculos e os facilitadores para o trabalho em rede de serviços para o atendimento a mulheres em situação de violência. A análise dividiu-se em três planos: gestão, interinstitucional e práticas profissionais. Os resultados indicam que apesar de todos terem questões próprias, são apontados mais obstáculos do que elementos facilitadores para a atuação em rede.

Em seguida, o artigo “Carga viral indetectável do vírus da imunodeficiência humana no sangue e a correlação com o sêmen: um estudo de revisão sistemática proporcionando o conhecimento dos profissionais no Sistema Único de Saúde”, de autoria de Miguel Soares de Brito Júnior, Karla Santa Cruz Coelho e Emerson Elias Merhy, aborda a temática das infecções pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV) e as controvérsias relacionadas a sua não transmissão para aqueles com carga indetectável. O estudo contribui para o conhecimento dos profissionais de saúde, munindo-os para os diálogos em meio à descoberta do vírus, já que independente do resultado da carga viral, faz-se necessário a conduta de precaução e de segurança ideais para o sexo entre sorodiscordantes.

Para fechar este número, trazemos duas resenhas sobre obras de interesse para o campo da saúde coletiva. A resenha do livro “Informações e registros em saúde: reflexões teóricas e aplicações ao Sistema Único de Saúde”, escrita por Carlos Podalirio Borges de Almeida e Leandro Gracioso de Almeida e Silva, argumenta sobre o potencial desta obra para tornar-se referência sobre os registros e sistemas de informação em saúde. Também busca estimular uma reflexão sobre os conceitos e aplicações de informações e registros em saúde, e especialmente, no SUS.

Por último, a resenha “Sybil: discutindo um caso de Transtorno Dissociativo de Identidade”, escrito por Carolina Caruccio Montanari, aborda o filme “Sybil”, de 2007, dirigido por Joseph Sargent, escrito com base no livro de Flora Rheta Schreiber, de 1973. O texto reflete as discussões sobre violência infantil, trauma psicológico, transtorno dissociativo de identidade e tratamento psicoterápico abordados no filme e no livro.

**Por fim, retornamos ao começo: democracia como produção de liberdade**

A publicação deste número ilustra a política editorial de fazer circular conhecimentos e tecnologias que combatam as ações necropolíticas e os diferentes genocídios que se expressam no cotidiano com o fortalecimento da inclusão, da igualdade de oportunidades às pessoas e grupos sociais, de sopros de ar na democracia e, também, na produção de uma cultura onde a desigualdade e as iniquidades sejam intoleráveis porque ferem a democracia e a saúde. Há um percurso longo, mas certamente fértil, para seguirmos com a pesquisa, com a produção científica, com o ensino das profissões e ocupações da saúde e com a proteção do trabalho e dos trabalhadores. Esse percurso é iluminado pelos pensamentos libertários e pelas práticas democráticas no cotidiano das instituições e da vida. Jamais pela colonização moral do Estado e pela negação da vida e da inteligência humana.

Desejamos à tod@s uma boa leitura!

### Referências

1. FALCÃO, M; VIVAS, F. Gilmar Mendes determina adoção de medidas para garantir respeito à identidade de gênero no SUS. In G1, 28/06/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/28/gilmar-mendes-determina-adocao-de-medidas-para-garantir-respeito-a-identidade-de-genero-no-sus.ghtml>
2. MACHADO FV, NASCIMENTO LA, FONSECA CM. Dilemas Contemporâneos dos Movimentos Sociais GLBT. In: Mayorga, C; Prado, MAM. (Org.). *Psicologia Social: articulando saberes e fazeres*. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, v. 1, p. 197-222.
3. PRADO MAM, MACHADO FV. Muito Além do Arco-Íris. A constituição de identidades coletivas entre a sociedade civil e o estado. *Annual Review of Critical Psychology* (Online). 2014; 11: 151-170.
4. JUNQUEIRA RD. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo. 2018 dez; 18(43): 449-502.
5. PRADO MAM, CORREA S. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo. 2018 dez, 18 (43): 444-448.
6. MACHADO FV, POSSA LB, TEIXEIRA LB. Experiência e (des)identificação no enfrentamento de Desigualdades e Preconceitos na Percepção dos Agentes Comunitários de Saúde. *Psicologia em Revista*. 2019; 25: 891-908.
7. CARNEIRO FF, PESSOA VM. Iniciativas de organização comunitária e Covid-19: esboços para uma vigilância popular da saúde e do ambiente. *Trab. Educ. Saúde*. 2020; 18(3): e00298130. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00298

## Resumo

Este editorial discute a determinação do Supremo Tribunal Federal de que o Ministério da Saúde adote medidas para garantir o respeito à identidade de gênero no acesso à saúde, tomada em 28 de junho deste ano. Para tal, contextualiza esta medida por meio de um pequeno histórico da relação entre o estado e as ações e políticas públicas voltadas para as pessoas LGBTQIA+, que atualmente está marcada por retrocessos e pressões políticas de grupos fundamentalistas. O texto apresenta o histórico de luta e avanços da população LGBTQIA+, suas relações com a saúde, e defende o enfrentamento dos preconceitos que ainda impedem a efetivação de direitos, convidando autoras/es a submeterem trabalhos relacionados a esta temática. Além disso, também é discutido o contexto de pandemia que impõe à população brasileira uma situação de aumento da precarização de direitos básicos e aumento da pobreza. Diante disso, intensificam-se os movimentos populares que promovem a organização comunitária e articulam o processo coletivo e democrático de vigilância popular em saúde. Em seguida, são apresentadas as publicações deste número, que traz dezoito artigos e duas resenhas, que versam sobre temas centrais para o ensino da saúde, tais como a Educação Permanente em Saúde, a interprofissionalidade, a participação popular e o controle social e as Redes de Atenção do SUS. Nestes trabalhos estão representados 13 estados, das cinco regiões do Brasil, com pesquisadoras/es vinculados a 25 instituições diferentes, entre universidades, institutos e serviços de saúde. Este perfil expressa a capilaridade da Revista Saúde em Redes no território brasileiro, bem como a presença de estudos gestados na interface entre instituições de ensino e pesquisa e serviços de saúde.

**Palavras-chave:** igualdade de gênero; igualdade de direitos; ensino na saúde; democracia.

## Resumen

It Este editorial analiza la determinación del Supremo Tribunal Federal de que el Ministerio de Salud brasileño adopte medidas para garantizar el respeto de la identidad de género en el acceso a la atención sanitaria, adoptada el 28 de junio de este año. Para ello, contextualiza esta medida a través de una breve historia de la relación entre el Estado y las acciones y políticas públicas dirigidas a las personas LGBTQIA+, que actualmente está marcada por los retrocesos y las presiones políticas provenientes de grupos fundamentalistas. El texto presenta la historia de lucha y avances de la población LGBTQIA+, sus relaciones con la salud, y defiende el enfrentamiento de los prejuicios que aún impiden la realización de los derechos, invitando a los autores a presentar trabajos relacionados con este tema en la revista Salud en Redes. Además, también se discute el contexto pandémico que impone a la población brasileña una situación de mayor precariedad de los derechos básicos y aumento de la pobreza. En este contexto, se intensifican los movimientos populares que promueven la organización comunitaria y articulan el proceso colectivo y democrático de vigilancia popular en salud. A continuación, se presentan las publicaciones de este número, que trae dieciocho artículos y dos reseñas, que abordan temas centrales para la enseñanza de la salud, como la Educación Permanente en Salud, la interprofesionalidad, la participación popular y el control social y las Redes de Atención del SUS. En estos trabajos están representados 13 estados de las cinco regiones de Brasil, con investigadores vinculados a 25 instituciones diferentes, entre universidades, institutos y servicios de salud. Este perfil expresa la capilaridad de la revista Saúde em Redes en el territorio brasileño, así como la presencia de estudios generados en la interfaz entre las instituciones de enseñanza e investigación y los servicios de salud.

**Keywords:** Child Abuse; Psychological Trauma; Dissociative Personality Disorder.